

JORNAL DO BRASIL
29 JUN 1981

Sarney receberá o estudo do PDS

Brasília. — O Senador Aloísio Chaves e o Deputado Prisco Viana, presidente e relator da comissão do PDS que estudou a reforma eleitoral, entregarão o relatório hoje, pela manhã, ao presidente do Partido, Senador José Sarney, que amanhã deverá levar o documento às mãos do Presidente da República.

Ainda ontem, o Deputado Prisco Viana dava alguns retoques finais no relatório, que já está pronto para ser entregue, e que representa o resultado de uma ampla consulta às bases do Partido: senadores, deputados federais e estaduais, e diretórios regionais, além de todos os governadores.

SUBSÍDIOS

Além de relatórios enviados por várias seções regionais — como as de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia — a comissão também recebeu sugestões isoladas de parlamentares, tendo reunido 156 projetos apresentados na Câmara e 26 no Senado, todos versando sobre matéria eleitoral.

Na qualidade de seu presidente, o Senador Aloísio Chaves fez questão de que constassem em ata as opiniões pessoais dos onze integrantes da comissão, incluindo ele próprio, a respeito dos assuntos discutidos, da sublegenda ao voto vinculado e às coligações partidárias, ainda que as tendências apuradas sejam diferentes.

O Senador Aloísio Chaves disse que o relatório procura exprimir as tendências majoritárias no Partido com a maior

fidelidade possível, distinguindo-as das opiniões ostensivamente manifestadas por todos os seus integrantes, de forma a oferecer ao Governo um consenso partidário.

Os membros da comissão acreditam que, após a entrega do relatório, o Presidente da República e seus principais auxiliares, especialmente o Ministro da Justiça e o Chefe do Gabinete Civil, Srs Ibrahim Abi-Ackel e Golbery do Couto e Silva, terão, pelo menos, 60 dias, até o envio da proposta ao Congresso, provavelmente nos primeiros dias de setembro.

Durante o mês de julho, os dois Ministros debaterão as decisões a serem tomadas, acreditando-se que venham, neste espaço de tempo reservado ao recesso legislativo, a redigirem os projetos de leis ordinárias que considerarem convenientes.

Confirma-se a decisão em favor da sublegenda até um número de três, do voto vinculado nas eleições proporcionais e de um projeto que consolida e atualiza todo o Código Eleitoral, inscrevendo em seu contexto alguns dispositivos que tratam especificamente da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

O relatório deixa em aberto o problema das coligações partidárias, o que significa que o assunto terá de ser definido pelo Palácio do Planalto. Acreditam homens eminentes do PDS, como o Senador Jarbas Passarinho, que o Governo acabará optando pela proibição de coligações partidárias, em face da possibilidade de alianças opositoras nos Estados.